

Capacitismo e processos de subjetivação: impactos das violências vivenciadas por mulheres com deficiência

Heloísa Dias dos Santos (Universidade Estadual de Maringá)
Daniele Almeida Duarte (Orientadora - Universidade Estadual de Maringá)

Introdução

Este trabalho reporta à pesquisa de mestrado intitulada “Capacitismo e processos de subjetivação: impactos de violências vivenciadas por mulheres com deficiência”, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (PPI/UEM). Ancorada na epistemologia qualitativa, contou com uma etapa teórica e bibliográfica e outra de campo, valendo-se de entrevistas semiestruturadas com mulheres com deficiências, para compreensão de suas vivências no que diz respeito a seus processos de subjetivação a partir do lugar social que ocupam. Ao buscar compreender como o marcador de gênero atravessa suas experiências, é necessário reconhecer que as mulheres não são um grupo homogêneo, uma vez que são marcadas por outras características que as expõem a distintas formas de vulnerabilização. As discussões acerca da interseccionalidade propostas por Crenshaw (1989) e incitadas pelo feminismo negro trazem à tona as diferentes opressões vivenciadas por mulheres a partir de como várias formas de desigualdade operam juntas e se agravam mutuamente, criando eixos complexos de opressão a depender do local em que uma pessoa se encontra. Tendo isso em vista, torna-se possível situar a condição de pessoas com deficiência (PcD) a partir do modelo social de deficiência, perspectiva que reconhece que tal condição não existe em si individualmente, não estando localizada no corpo ou lesão isoladamente, mas na relação que se expressa entre a pessoa e as diversas barreiras presentes no ambiente externo que obstruem sua participação efetiva na sociedade em igualdade de condições às demais pessoas (Brasil, 2016). Esse modelo social propicia localizar o fenômeno do capacitismo como instrumento de análise histórica das opressões, assim como outros marcadores como gênero, raça e classe (Piccolo, 2024). O capacitismo diz respeito ao preconceito existente em relação

às PcD e advém da concepção de que corpos ou mentes que possuem atributos distintos daqueles considerados socialmente perfeitos, isto é, que não se enquadram nos padrões de “normalidade”, são tidos como menos capazes de realizar determinadas atividades, ligando essas pessoas à menor valia e estabelecendo uma hierarquia em relação às pessoas sem deficiência, criando um sistema de opressão. O capacitismo surge como expressão da corponormatividade presente na estrutura social, que determina quais corpos são “inferiores, incompletos ou passíveis de reparação” (Mello, 2016, p. 3271).

Considerando a ampliação do conceito de violência preconizada pela Organização Mundial de Saúde (Krug et al., 2002), entende-se que o capacitismo direcionado à PcD se enquadra nessa configuração na medida em que atua como um sistema de opressão estrutural que marginaliza a participação social, cerceando o acesso a direitos fundamentais, podendo causar danos psicossociais e privação ao desenvolvimento. O conceito de violência institucional também se faz central para compreender as vivências de violências de mulheres com deficiência, expressa por meio de “questões relacionadas com persistência de desigualdades e, por vezes, discriminação no acesso aos serviços de saúde; iniquidades na prestação de cuidados, tanto nas desigualdades estabelecidas em situações clínicas de cariz semelhante, como na não discriminação positiva em situações de vulnerabilidade acrescida; limitação do exercício da autodeterminação em saúde; desumanização no atendimento e no acolhimento institucional; exercício de má prática” (Portugal, 2016, p. 81).

Objetivo(s)

A pesquisa tem como objetivos compreender de que maneira a intersecção da deficiência e do gênero atravessa as vivências de mulheres e compõe seus processos de subjetivação, bem como identificar os impasses enfrentados por elas, especialmente no que diz respeito à violência de gênero e à violência institucional. Nesse contexto, esta investigação pretende contribuir para a discussão, construção e fortalecimento de políticas públicas para essa população.

Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se debruça sobre os fenômenos e aspectos da realidade que nem sempre podem ser quantificados, centrando-se na explicação das dinâmicas sociais (Gerhardt e Silveira, 2009). Tal aspecto também se apoia na perspectiva do PesquisarCOM (Silveira et al., 2022), metodologia que prevê uma horizontalização entre pesquisadora e participante, não tratando esta última como objeto passivo, mas como agente ativa e viva da pesquisa. A primeira etapa teve caráter exploratório e bibliográfico, promovendo maior aproximação em relação à temática a fim de torná-la mais explícita e contribuindo na constituição de hipóteses. A segunda, contou com a aproximação das participantes por meio da técnica da Bola de Neve, fazendo uso das entrevistas semiestruturadas (Fontana, 2018). As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para serem analisadas, posteriormente, a partir da Análise de Conteúdo Temática (Minayo, 2006), tendo como aporte teórico interpretativo os estudos feministas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e seguiu as normas de ética em pesquisa com seres humanos, sendo aprovada no Comitê de Ética, por meio do parecer número 7.965.470.

Resultados parciais

Por meio das entrevistas realizadas, pôde-se estabelecer alguns eixos de análise para balizar a compreensão dos processos de subjetivação de mulheres com deficiências e como estas são atravessadas pelo gênero, pelo capacitismo e outras violências. Dentre os eixos, pode-se citar os impactos na autoestima e autoimagem corporal em decorrência de como o dispositivo amoroso opera na subjetividade feminina (Zanello, 2018); a necessidade de antecipação constante em situações sociais; a fadiga de acesso (Konrad, 2021); a limitação de escolhas e supressão da criatividade no que se refere à carreira profissional; o comprometimento na socialização; maior risco de serem diagnosticadas a partir da lógica psiquiátrica e biomédica, ignorando a

dimensão psicossocial e sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2022); a problematização da acessibilidade sob demanda (CODEA-ABA, 2020) e o fato de que esta é uma condição que depende de fatores econômicos e, portanto, não é universal. Ademais, foi possível identificar o despreparo de profissionais e a reprodução de práticas capacitistas em diversas áreas, especialmente os/as que atuam nos equipamentos de saúde.

Considerações finais

A pesquisa tem permitido uma construção conjunta de saberes acerca das vivências de mulheres com deficiência no que diz respeito ao modo como as experiências relacionadas às suas condições as colocam em situações permeadas pelo capacitismo, que baliza sua subjetividade. O percurso traçado até aqui constituiu-se como ponto de partida para a reflexão acerca da importância de uma luta feminista anticapacitista que conte com a participação ativa de mulheres com deficiência, tecendo um movimento mais plural às corporiedades e experiências de ser mulher.

Referências

BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2016. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTIÇA%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>.

COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (CODEA-ABA). **Contracartilha de acessibilidade**: reconfigurando o corpo e a sociedade. ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI: Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro, 2020. 14p. Disponível em:

https://ichf.uff.br/wp-content/uploads/sites/121/2023/10/Contracartilha-de-acessibilidade_-reconfigurando-o-corpo-e-a-sociedade.pdf

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2022, p. 171-188.

FONTANA, F. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, T. et al. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. p. 59-77. Penápolis: Funepe, 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

KONRAD, A. M. Access fatigue: the rhetorical work of disability in everyday life. **College English**, v. 83, n. 3, p. 21, 2021. Disponível em:
<https://publicationsncte.org/docserver/fulltext/ce/83/3/collegeenglish31093.pdf?expires=1715980129&id=id&accname=quest&checksum=DDFCCB431C37C65B2BF6C80A0419FED8>.

KRUG, E. G; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. (Eds). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em:
<https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>

MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, p.3265-3276. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>

MINAYO, M. C. Técnicas de análise do material qualitativo. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. p.304-319. São Paulo: Hucitec Editora, 2006.

PICCOLO, G. M. Capacitismo: uma categoria útil para análise histórica das marginalizações sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.39, e.39015, 2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dRpVwh6C99VB6kq5yxDjyNv/?format=html&lang=pt>

PORTUGAL. Direção-Geral da Saúde. **Violência interpessoal: abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde**. 2. ed. Coordenação de Vasco Prazeres. Lisboa: DGS, 2016. Disponível em:
<https://platform.who.int/docs/default-source/mca-documents/policy-documents/guideline/PRT-GBV-19-04-GUIDELINE-2017-prt-Referencial-Tecnico-Violencia-Interpessoal-Abordagem-Diagnostico-e-Intervencao-nos-Servicos-de-Saude.pdf>

ROSA, M. D. Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e242179, 2022.

SILVEIRA, M.; MORAES, M.; QUADROS, L. C. T. (Orgs.). **PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em psicologia**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2022.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.